



Nota de denúncia das agressões à comunidade pesqueira tradicional e comerciantes de praia, no Pontal de Maracaípe, em Ipojuca (PE)

O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP - NE) denuncia agressões e arbitrariedades cometidas contra a comunidade pesqueira e comerciantes da praia de Maracaípe, no município de Ipojuca (PE). Segundo a Pastoral, na última quarta-feira (24), integrantes da família Fragoso iniciaram uma obra para contenção de avanço do mar frente à sua mansão, no Pontal de Maracaípe. A empreitada implica na retirada de restinga nativa, na demolição de barracas de comércio, bem como a construção de um novo muro de arrimo.

Diante do início das obras, pescadores e pescadoras artesanais da localidade, junto com os comerciantes de praia, tentaram impedir a empreitada, o que provocou um enfrentamento desses grupos com representantes da família Fragoso, da Polícia Ambiental de Ipojuca e da Prefeitura de Ipojuca, logo no começo da manhã, da última quarta (24). Alguns pescadores da comunidade tradicional local foram espancados.

À noite, as obras foram retomadas, causando nova comoção entre os integrantes da comunidade pesqueira, que se opõe à destruição da restinga e do meio ambiente. Na ocasião, houve novo enfrentamento entre os pescadores artesanais e a polícia e guarda municipais. Novamente, pescadores e pescadoras saíram feridos, outros foram detidos e levados para a delegacia.

ENTENDA O CASO – Há mais de vinte anos se alastra o conflito entre a família Fragoso e a comunidade pesqueira tradicional de Maracaípe, que luta por justiça ambiental sem apoio dos órgãos responsáveis. Os pescadores e pescadoras artesanais da localidade se posicionam contra a privatização da praia e a construção de muros de arrimo, na restinga do Pontal de Maracaípe, em Ipojuca.

Segundo o Conselho Pastoral do Pescadores (CPP-NE), a comunidade pesqueira vem sendo sistematicamente oprimida, com a conivência de autoridades municipais e estaduais. Para se ter uma ideia, a referida família construiu um muro com mais de dois metros de altura, que entra 50 metros dentro do mangue, para evitar a passagem dos pescadores artesanais. A família também construiu cercas na área do rio, entre as comunidades e o mangue. Para poder pescar e tirar seu sustento, as marisqueiras tiveram que derrubar parte do muro e, ainda, cortar as cercas para ter acesso ao mangue.

As autoridades instalaram placas que identificam o local como área de preservação ambiental. Entretanto, segundo o CPP-NE e os pescadores artesanais, com o avanço do mar, a família Fragoso está sendo novamente autorizada a violar direitos das comunidades tradicionais, causando também prejuízos ambientais com a retirada da restinga e construção de mais um muro de arrimo, degradando novamente mais um espaço de uso coletivo além de terem derrubado e colocado fogo nas barracas de comércio popular instaladas no local.

Convém destacar, que inconformados com a situação, representantes da comunidade foram até a Promotoria municipal no dia 26/05 a fim de fazer uma denúncia e tiveram seu direito de atendimento negado.

Conselho Pastoral do Pescadores (CPP-NE) 26 de maio de 2033